

Em outubro de 2012 comemoramos o 50º aniversário de abertura do Concílio Vaticano II (1962-1965). Trata-se do 21º Concílio Geral da Igreja Católica e certamente o mais significativo desde os tempos da Reforma do século XVI. Eventos que invocam “o espírito do Vaticano II” estão em curso em todo o mundo católico. Fala-se de “revisitação” do Concílio, de “recuperação” de suas orientações pastorais, de “fortalecimento” do seu posicionamento de abertura eclesial. É o processo de recepção das orientações conciliares que se desenvolve no tempo.

Como foi possível o Vaticano II? O anúncio oficial do Concílio, no dia 25 de janeiro de 1959, domingo de encerramento da Semana de Oração pela Unidade dos Cristãos, surpreendeu a todos. Era uma ideia pessoal do papa, a pouquíssimas pessoas confiada até então. Havia quem pensava não mais haver a necessidade de um Concílio na Igreja, depois que o Vaticano I (1870) estabeleceu a doutrina do primado do bispo de Roma, concedendo-lhe plenos poderes em tudo na Igreja do presente e do futuro.

Mas as mudanças na Igreja já estavam sendo preparadas há algumas décadas, sobretudo pelos movimentos litúrgico, bíblico e ecumênico. Tratava-se de um movimento teológico inspirado nas Escrituras e nos Padres da Igreja dos primeiros séculos. Esse fato preparou a Igreja para, pela primeira vez em sua história, realizar uma convicta, global e conseqüente revisão de si mesma, em seu ser e agir. Isso implicava na busca de reformas na sua organização, no seu ensino e na sua ação pastoral. Reforma não é para mudar o essencial, mas para ajudar a Igreja a viver na sua essência. A chave para tal foi o “retorno às fontes” bíblicas e patrísticas, o que lhe possibilitou o re-encontro consigo mesma, em sua identidade, natureza e missão.

Assim foi que o Papa João XXIII propôs como objetivos do Concílio a atualização (aggiornamento) da Igreja e a busca da unidade dos cristãos. Três questões mostram o seu propósito: Igreja, o que dizes de ti mesma? A resposta levou o Concílio a rever a identidade, a natureza e a missão da Igreja, com a necessária reorganização institucional; Igreja, quem é o mundo para você, e o que você tem a dizer para o mundo?



Questão que levou a considerar a sociedade e as tendências da época não como antagonistas, inimigos a serem combatidos, mas contexto de missão, de parceria e de cooperação; Igreja, o que são para você as outras tradições eclesiais e religiosas? Questão que abriu o catolicismo para o movimento ecumênico e o diálogo inter-religioso.

A incidência do Concílio na vida eclesial foi notável nos primeiros anos consecutivos à sua realização. Mudanças na liturgia, no pensar teológico, no agir pastoral, nas relações entre os sujeitos eclesiais impactaram os meios católicos a partir do Concílio. Como horizonte maior dessas mudanças, estava o redimensionamento da consciência eclesial sobre si mesma, sobre a sociedade, sobre as outras igrejas e as religiões. Esse redimensionamento foi causa e também consequência de uma nova postura que a Igreja conciliar adotou: de não ser apenas “mater et magistra”, mas também aprendiz; de não apenas falar, mas também ouvir; de não apenas denunciar e condenar possíveis erros doutrinários, mas de exercer o diálogo e a misericórdia. Para alguns, tais mudanças são compreendidas como ganhos e atualização necessária da Igreja. Para outros, como perdas e desvios da antiga tradição. Seja como for, poucos duvidam da magnitude do impacto dessas mudanças na vida da Igreja.

A Igreja conciliar revê dois elementos que lhe são essenciais: sua organização social e sua vocação divina. Em sua dimensão social e humana, a Igreja organiza-se na complexidade das relações humanas, com opções teológicas e institucionais, situando-se nos contextos político, econômico, cultural e religioso do mundo. O Concílio enfatiza a humanidade da Igreja. De outro lado, o Concílio fortalece a dimensão divina da Igreja, em sua origem, seu desenvolvimento e seu fim. Essas duas dimensões interagem constantemente, de modo que o humano e o divino constituem a identidade da una, santa, católica e apostólica Igreja. A partir disso ela auto-compreende-se como Povo de Deus, Corpo Místico, Templo do Espírito Santo, Sacramento do Reino.

O Vaticano II foi, essencialmente, um concílio pastoral. Na globalidade dos temas tratados pelo Concílio, não se observa mudança no conteúdo de sempre da doutrina católica, mas em sua expressão, em sua organização ad intra e sua relação ad extra. A renovada configuração eclesial tem expressão na liturgia, nas estruturas pastorais, na presença e atuação do leigo na evangelização, no diálogo de conciliação e parceria com a sociedade, com as igrejas e as religiões. O Vaticano II não fez



acusações, condenações ou expulsões. Ao contrário, desenvolveu uma postura positiva frente às diferenças, reconhecendo no outro os elementos de enriquecimento para a fé em Deus e a promoção de uma nova ordem social, ensinando que é exatamente nas tensões e contradições que se deve buscar a conciliação.

Fundamental para que isso acontecesse foi a opção metodológica para a discussão nas aulas conciliares: um é o depósito da fé, outra a sua formulação. A verdade não se identifica com o conceito que a expressa. Isso é o que dá à mensagem da Igreja a plausibilidade de ser ouvida e acolhida em nosso tempo: “... A Igreja nunca poderá afastar-se do sagrado depósito da verdade ... Mas ao mesmo tempo, ela deve sempre olhar para o presente, para as novas condições e as novas formas de vida introduzidas no interior do mundo moderno” (João XXIII, Discurso de abertura). Essa opção metodológica foi chave para a realização do principal objetivo do Concílio, a atualização – aggiornamento da Igreja: “O maior objetivo do Concílio ecumênico é que o sagrado depósito da doutrina cristã deverá ser guardado e ensinado mais eficazmente (João XXIII, Discurso de abertura).

“Revisitar” o Concílio, retomar suas inspirações, é a forma atual de afirmar e fortalecer a sua recepção. Fala-se de três fases no processo de recepção do Vaticano II: a fase da “exuberância” dos primeiros tempos pós conciliares, com a impressão de que o Concílio foi um evento totalmente novo, e impelia à busca de novidades, não poucas vezes indo além do que o Concílio possibilitava.

*Seguiu-se a fase do “desencanto” pelo fato de as expectativas de renovação na Igreja não terem sido realizadas em muitos níveis. Tal é o que se constata no quase abandono da concepção da Igreja como Povo de Deus e na fragilidade dos princípios da colegialidade e da subsidiariedade que sustentam a concepção da Igreja como *communio*; na relação entre ministérios ordenados e os demais serviços eclesiais; na pouca valorização da Igreja local; na concepção dos sacramentos num horizonte mais ritual do que evangelizador. O desencanto é provocado também pelas atitudes de fechamento ao diálogo com o mundo, com as igrejas e com as religiões; no desequilíbrio entre o jurídico e o teológico, a instituição e o carisma, a disciplina e a caridade. Ares de intimidação se manifestam em atitudes disciplinares que geram um silêncio que paralisa a força pastoral e profética da primeira fase da recepção do Concílio. Para alguns, a atual fase os leva gera uma espécie de cansaço*



pastoral; outros refugiam-se na inércia e no comodismo. Enfim, surgem muitas perplexidades. O que dizer do retorno à missa em latim depois de 50 anos da reforma litúrgica proposta pelo Concílio...?

Vivemos agora um terceiro momento da recepção do Vaticano II. A celebração dos seus 50 anos pode trazer um novo movimento no interior da Igreja, o que mostra que sua recepção e implementação ainda não está concluída. Para isso, é fundamental ter presente alguns elementos:

Hermenêutica: *no processo de recepção atual, uma questão fundamental é a interpretação do Concílio. As opções hermenêuticas diferem e divergem. O que alguns entendem como renovação, para outros é um perigo à identidade eclesial e à fundamentação da fé. Urge um consenso nos princípios de leitura do Vaticano II que possibilite a todos uma acolhida que sustente um caminhar juntos, respeitando o ritmo diferenciado dos passos, mas na mesma estrada do aggiornamento que o papa João XXIII propôs para a Igreja dos nossos tempos. É fundamental uma “hermenêutica da reforma”, que compreende o Vaticano II como “renovação na continuidade” do único sujeito eclesial que se aprofunda e desenvolve no tempo. Num processo de reforma, algumas descontinuidades podem necessariamente acontecer. Mas sem o abandono dos princípios que sustentam a identidade cristã e eclesial de sempre.*

Eclesiologia: *o Vaticano II foi um concílio eminentemente eclesiológico, o que se expressa em seus 16 documentos finais. Há diferentes eclesiologias no Concílio, mas a ênfase está na compreensão da Igreja como Mistério, Povo de Deus, Comunhão, Corpo de Cristo, Templo do Espírito, Sacramento do Reino. Essas perspectivas eclesiológicas, distintas mas não separadas, perspectivas precisam ser equilibradas na organização institucional e pastoral da Igreja em cada tempo e lugar.*

O “espírito” do Concílio: *a recepção acontece com o sentire cum ecclesia. E isso significa assumir o “espírito” do Vaticano II que se caracteriza por relação, diálogo, parceria, comunhão. Nesse espírito, o Vaticano II nos desafia a vivermos a colegialidade, a sinodalidade, a koinonia; a acreditarmos numa Igreja servidora da humanidade, parceira em suas tristezas e alegrias; a termos coragem para repensar instituições e o exercício dos ministérios; a desenvolvermos o diálogo ecumênico e inter-religioso; a concretizarmos a inculturação do Evangelho...*

Para isso, os esforços de recepção do Vaticano II precisam superar as crescentes manifestações de distanciamento do Concílio. Em alguns



ambientes eclesiais há uma sensação de que o legado do Concílio está sendo abandonado ou, no mínimo, ignorado. Mesmo falar positivamente do Concílio pode incorrer em suspeitas.

Urge buscar no Concílio a inspiração para o ser e agir da Igreja hoje; a orientação para o enfrentamento de questões que não apareciam no seu tempo (a biogenética, o poder da mídia e das redes sociais, as questões ambientais ...); urge olhar para o futuro, re-alimentar a utopia do Reino que se manifesta em uma nova ordem eclesial e social, de comunhão na fé e no amor. O que nos inspira no Concílio é, enfim, uma Igreja diferente nos métodos, no estilo.

A presente publicação de Encontros Teológicos quer dar a sua parcela de contribuição para os esforços de revisitação do Concílio Vaticano II, no contexto da celebração dos 50 anos de sua abertura. Já fizemos semelhante publicação pela ocasião dos 40 anos do Concílio (n. 33, 2002/2). Agora queremos aprofundar alguns dos temas ali tratados e apresentar novas perspectivas. Publicamos aqui “Como a Igreja do Brasil adubou o terreno para o Concílio Vaticano II”, por José Ernanne Pinheiro; “A Igreja a 50 anos do Concílio Vaticano II”, por J. B. Libanio; “Antecedentes históricos da eclesiologia do Concílio Ecumênico Vaticano II”, por Antonio Luiz Catelan Ferreira; “A Liturgia no Concílio Vaticano II”, por Valter Maurício Goedert; “A Palavra de Deus no Vaticano II”, por Ney Brasil Pereira; “A ‘virada popular’ – Discipulado missionário do Brasil para o mundo secularizado e pluricultural à luz do Vaticano II e da caminhada latino-americana”, por Paulo Suess; “Concílio Vaticano II: 50 anos depois”, por Luis Stadelmann, SJ; e “Vaticano II: a modernidade da Igreja em um contexto de mudanças”, por Vitor Hugo Mendes. Temos, ainda, a “Carta das Religiões e o Cuidado da Terra”, assinada por um grupo de líderes religiosos participantes da Conferência da Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro em junho deste ano, Recensões e Crônicas.

Pe Elias Wolff